



REQUERIMENTO INFORMAÇÃO Nº _____ DE 2023
(Da Sra. Dep. BIA KICIS)

Requer informações à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade, acerca da compra de insulina de laboratório chinês, sem registro na ANVISA.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 49, X, e 50, § 2º, da Constituição Federal, e arts. 115, I, e 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), requeiro à Vossa Excelência, que seja aprovado o presente requerimento, para que sejam solicitadas informações à Excelentíssima Senhora Ministra da Saúde, Nísia Trindade, sobre a noticiada compra emergencial de insulina proveniente de laboratório chinês, sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

JUSTIFICAÇÃO

Em matéria veiculada no dia 15/5/2023, o site “Terra Brasil Notícias” informa¹:

“O Ministério da Saúde, sob o comando de Nísia Trindade, está deixando os Estados sem estoque de insulina para atender os pacientes.

No Rio Grande do Sul, a Secretaria da Saúde admitiu o problema e afirmou que está remanejando os estoques entre as cidades que mais precisam.

De acordo com a pasta, a responsabilidade pela compra e distribuição é do Ministério da Saúde. De acordo com reportagem do jornal O Globo, a situação se repete no Ceará, Acre e Goiás. Em Anápolis, os pacientes não encontram insulina desde fevereiro.

O estoque também é limitado nos Estados de São Paulo e Rondônia, com insulina de ação rápida suficiente apenas para 45 e 60 dias, respectivamente.

Compra emergencial de laboratório da China

Nos dois últimos pregões abertos pelo Ministério da Saúde, a pasta não conseguiu comprar o medicamento de empresas registradas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Em nota publicada no início de abril, o ministério admitiu que o estoque de insulina rápida acabaria a partir de maio.





CAMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Bia Kicis – PL/DF

Apresentação: 16/05/2023 09:09:39.120 - CFEC

REQ n.217/2023

A “solução” encontrada pelo governo foi abrir uma compra emergencial. Foi o que aconteceu em 20 de abril, quando o ministério fechou acordo para adquirir 1,3 milhão de tubetes de insulina da chinesa Globalx Technology Limited.

O laboratório, no entanto, não possui registro na Anvisa. A compra é contestada pela Sociedade Brasileira de Diabetes, que questiona a qualidade da insulina adquirida.

Alerta do Tribunal de Contas

No fim de março, o Tribunal de Contas da União (TCU) alertou o ministério sobre o risco de faltar insulina para diabetes nos Estados.

A fiscalização realizada pela Corte foi aberta a pedido do Congresso Nacional para apurar eventuais “irregularidades existentes nas compras, entregas e armazenamento dos medicamentos utilizados no tratamento de diabetes”. (destaques inseridos)

No mesmo sentido, o portal Metrôpoles.com²:

“O governo anunciou, nesta segunda-feira (15/5), uma série de medidas excepcionais para tentar evitar o desabastecimento de insulina no Brasil. Há meses pacientes e médicos estão denunciando as dificuldades de encontrar o medicamento de ação rápida essencial nos estoques da rede pública.

Atualmente, 67 mil pessoas dependem da distribuição desse medicamento no país. No fim de março, um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) já havia apontado risco de desabastecimento a partir deste mês.

Para evitar que os pacientes fiquem sem a medicação, o Ministério da Saúde anunciou a compra de uma versão do medicamento que não tem registro na Agência Brasileira de Vigilância Sanitária (Anvisa). Um acordo com a empresa GlobalX, da China, prevê a entrega de 1,3 milhão de unidades de insulina asparta, a de ação rápida. A entrega, porém, deve começar a ser feita apenas em 9 de julho.

Justificativa

A compra foi feita, segundo a pasta, por que os laboratórios já credenciados pela Anvisa não fizeram ofertas nas licitações abertas em agosto de 2022 e em janeiro deste ano. Um relatório do TCU aponta que os fabricantes que já forneciam ao governo chegaram a pedir um preço 2,4 vezes mais caro que o da GlobalX.

Segundo o governo, a insulina produzida pela GlobalX respeita regulamentações internacionais do ICH (International Council for Harmonisation) e, portanto, é segura.

Até que cheguem as primeiras doses do medicamento porém, os pacientes enfrentarão quase dois meses de risco de falta da insulina. Para driblar isso, o Ministério da Saúde organizou em sua segunda medida emergencial um remanejamento de estoques entre os Estados até o início de junho.”

Apesar de o Ministério da Saúde ter ciência de seus estoques e necessidade de reabastecimento contínuo de medicamentos e, de o Tribunal de Contas da União já ter alertado o órgão sobre o risco de escassez de insulina para diabetes nos Estados (Acórdão 592/2023), o Ministério, negligentemente, decidiu realizar compra emergencial de insulina, fechando acordo com a empresa chinesa, *Globalx Technology Limited*, para adquirir 1,3 milhão de tubetes de insulina da chinesa, de ação rápida, sob o argumento de que os laboratórios até então credenciados pela ANVISA, não haviam feito ofertas nas licitações abertas em agosto de 2022, e em janeiro deste ano.

Dada a exposição, e gravidade dos fatos, requer-se que o Ministério da Saúde preste informações satisfatória a essa Casa sobre os últimos pregões atinentes à compra de insulina, tendo em vista a informação de que NENHUMA empresa fez oferta nas licitações abertas e, diante desta medida emergencial tomada, que o Ministério da Saúde explique o motivo de não ter sido mantido cronograma do abastecimento de insulina vigente, decidindo-se pela compra emergencial de medicamento com laboratório não credenciado pela ANVISA. Por fim, se o medicamento adquirido garante o tratamento dos pacientes que farão uso.



[/www.metrôpoles.com/saude/risco-de-desabastecimento-leva-governo-a-comprar-insulina-sem-registro](http://www.metrôpoles.com/saude/risco-de-desabastecimento-leva-governo-a-comprar-insulina-sem-registro)

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Kicis

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231318682500>





CAMÂRA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Bia Kicis – PL/DF

Contamos, então, com o apoio dos pares para a aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão, 16 de maio de 2023.
Deputada Federal BIA KICIS
PL/DF

Apresentação: 16/05/2023 09:09:39.120 - CFEC

REQ n.217/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bia Kicis

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231318682500>



* CD 231318682500 *
LexEdit